



**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul**  
**Campus Ibirubá**  
**Conselho de Campus**

ATA Nº 04/2021

Aos dezoito dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte um às dezenove horas e quinze minutos, no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Campus Ibirubá, localizado a Rua Nelsi Ribas Fritsch, Nº 1111, reuniram-se por meio de web conferência no endereço eletrônico: <https://conferenciaweb.rnp.br/webconf/sandra-rejane-zorzo-peringer>, os membros representantes do Conselho, na terceira (3ª) reunião ordinária de 2021 do Conselho de Campus, para ser apreciada a seguinte pauta: 1) Parecer para capacitação dos técnicos administrativos em educação: - Edson Roberto Bueno – Processo nº 23366.000228/2020-16; - Julia Caroline Goulart Blank - Processo nº 23366.000095/2021-51; 2) Assuntos gerais. A sessão foi coordenada pela Professora Sandra Rejane Zorzo Peringer e secretariada, neste ato, pelo Chefe de Gabinete Eduardo Fernandes Antunes. Estiveram presentes os seguintes conselheiros: Representante dos Docentes: Fabiane Beatriz Sestari, Raquel Lorensini Alberti, Tiago Rios da Rocha. Representantes dos Técnicos Administrativos: Maurício Lopes Lima, Sandra Meinen da Cruz, Talita Luiza de Medeiros Ferro. Representante dos Discentes: Guilherme Maldaner Zanchin, Iago Ivanir Dalmolin. Declarada aberta a sessão, a professora Sandra deu posse à nova conselheira suplente do segmento técnico administrativo e encaminhou o termo de compromisso para assinatura e na sequência solicitou a inclusão da pauta do Projeto de extensão – Parecer acerca da possibilidade de oferta de projeto de extensão-soldador, desta forma, convidou o servidor professor Giancarlo Stefani Schleder para participar da reunião. Informou que foi recebida uma solicitação da Presidente da Câmara de vereadores, Sra. Jaqueline Winch, sobre a possibilidade de oferta de um projeto de extensão para a comunidade de um curso de solda. Também comunicou que o Sr. Olindo Campos, representante do sindicato metal mecânico, trouxe a demanda para cursos de formação para soldador, usinagem, desenho técnico e demais cursos na área e que a urgência na oferta de cursos havia sido discutida em reunião com os prefeitos de Ibirubá e Quinze de Novembro e representantes das indústrias. Eles solicitaram urgência, porque precisam de soldadores para compor o quadro de todas as empresas, não é uma empresa exclusiva, são todas as empresas de Ibirubá e da região, o curso seria para atender aquelas pessoas que hoje estão desempregadas, para atender aquelas pessoas que não tem curso de solda, que não tem conhecimento nenhum de solda. A demanda foi levada para uma reunião com o pessoal da área mecânica sobre a possibilidade da oferta do curso como projeto de extensão. Por considerar que somos uma instituição que tem como missão: contribuir com as questões sociais. Diante da situação que estamos vivenciando de

uma pandemia em que muitas pessoas perderam seus empregos e possibilitar que essas pessoas que não tem formação possam fazer essa formação e então serem contratadas pelas diferentes empresas que nós temos em Ibirubá e na região. Abriu-se para manifestações dos conselheiros. A Conselheira Talita Ferro perguntou se o projeto já estava em construção, se ele já existe? A professora Sandra explicou que precisamos da aprovação deste Conselho para realização do curso e que o projeto está sendo elaborado. A proposta de oferta do curso passou pelo Comitê Local e foi aprovada, pois estaríamos contribuindo com a formação da comunidade, nesse compromisso social que nós temos enquanto instituição. Tendo o projeto, passamos novamente pelo conselho, se aprovarmos a possibilidade de oferta deste projeto, que eu considero, nesse momento, muito importante. O Conselheiro Maurício Lima, pois é Sandra, ontem eu vi, ficou para mim confuso, na verdade, porque o conselho não precisa autorizar a trabalhar num projeto, no plano de curso, o plano de curso está pronto ou não está pronto? Nós vamos avaliar a aprovação e o plano de curso, a oferta de um curso ou uma autorização para uma equipe trabalhar no plano de curso? Porque no final da sua fala parece que a gente tem ou está aguardando que o conselho autorize eles a trabalhar no plano de curso e para isso não precisa autorização do conselho, quer dizer, o grupo tem que trabalhar, independente do que vai ser lá na frente, do que o conselho vai deliberar ou não. Tem que trabalhar, criar o curso, quando ele estiver pronto, vem para apreciação. Então, para mim ficou confuso, porque afinal de contas é isso que nós vamos analisar hoje. É um curso já aprovado, já está elaborado, já está pronto e agora já é a aprovação final do Conselho de Campus? Bom, é apenas uma ideia, um esboço de alguma coisa, que uma equipe vai trabalhar para posteriormente voltar para o conselho. Nós estamos em plena pandemia. Então, é a urgência da análise desta matéria, é para que o curso seja ofertado imediatamente e aí, isso significaria uma turma presencial no campus? É isso? Essa oferta já se trata de um curso presencial que há urgência em ser ofertado e, portanto, ainda, esse ano, o mais breve possível. Já vai ter gente trabalhando lá no campus e alunos frequentando o curso lá no campus. É essa a ideia do projeto? Então, o mérito do projeto é excepcional, é sensacional, eu, assim, estou completamente de acordo contigo, é muito bom, só me preocupa é essa questão mesmo. Como a maioria dos colegas já votou pela aprovação, vamos analisar. A professora Sandra esclareceu que estamos em pandemia, mas os projetos, tanto de ensino, quanto de pesquisa, dos fomentos, estão acontecendo e eles estão acontecendo no *campus*. Talvez sigamos remoto até o final do ano. Mas como está previsto na resolução quinze de 2021, que se tiver colegas docentes, professores ou técnicos que se disponibilizem fazer alguma atividade prática ou alguma atividade presencial, isso é possível, por isso a solicitação de inclusão na pauta. Então, primeiramente nós falamos com o pessoal da área, que levaram em consideração justamente a grandiosidade do projeto e por conta do que ele iria proporcionar para nossa comunidade. Estamos seguindo o que prevê a resolução 15. Mas como é um projeto e os projetos estão acontecendo, os colegas da área concordaram em ofertar o curso. Passamos, então, pelo Comitê de Crise Local e, por isso, precisamos passar por esse conselho, porque é isso que diz a resolução. Ele não se refere especificamente a esta situação, mas entendemos que ela precisa da aprovação deste conselho para poder acontecer, muito provavelmente ele não vai acontecer nesse mês, nem no início do próximo mês, porque precisamos organizar, os colegas precisam fazer o projeto. Mas, por conta que os colegas aceitaram o desafio de fazer o curso, mesmo estando em trabalho remoto, trouxemos para

esse conselho, para avaliarmos a possibilidade da realização presencial do curso. A Conselheira Sandra Meinen complementando a fala do Maurício em relação aos projetos de pesquisa, eles foram realizados de forma remota, só que alguns projetos precisam de autorização do comitê de crise e do conselho de campus. Só que isso ano passado, como a gente estava muito cru, nessa questão da pandemia, foi estabelecido isso no edital. Foi a questão de conversas entre reitoria e campus, que se chegou a essa conclusão que se passaria, então, pelo comitê de crise, depois passaria pelo conselho, para aprovação. E nesse ano, tá específico no edital, que é para trabalhar em projetos de pesquisa, quanto de extensão, de maneira remota, mas se alguma atividade for realizada de forma presencial precisa passar pelo conselho de campus para aprovação. A Conselheira Fabiane Sestari expôs, pensando na questão burocrática também, não é essa discussão agora, mas uma apreciação mais detalhada vai depender de todo cronograma, de toda a estrutura, de como se pensa em distribuir essas quarenta horas também, só um detalhe que talvez a gente tenha que até os professores que vão montar isso e submeter, porque isso tem que passar pela extensão. Vai ter que passar pela CGAE e eu me preocupo como vai se certificar desses alunos, porque a ideia é inseri-los no mercado de trabalho. E as empresas querem, sim, a habilidade no trabalho, mas querem também a certificação. Então, lançá-lo como? Projeto de extensão, eu não sei até que ponto a certificação é possível. Talvez encaixar nas diretrizes da extensão, como curso de extensão, seria o mais apropriado. A professora Sandra convidou o servidor Giancarlo Schleder, que manifestou ser um projeto de extensão. Esse projeto foi pensado juntamente com o Sr. Olindo Campos e optamos por transformar num curso de extensão. O primeiro que houve foi um projeto de extensão junto com a ACO, a empresa AGCO e agora vai ser junto com as prefeituras e o sindicato. Voltado mais ao público geral, é curso de extensão. Então, os alunos serão certificados pelo curso de extensão. Inclusive vai gerar matrícula. Vai gerar uma matrícula equivalente para o campus. A Conselheira Talita Ferro, só pra resumir e definir aqui, o comitê de crise, como se fosse à comissão, que daria um parecer? Ele tem essa noção, essa realidade porque eu me pauto muito por essas comissões e comitês. Após algumas colocações, o item foi incluído na pauta. O item 1 dos processos de capacitação supracitados, o processo referente ao servidor Edson Bueno, a professora Sandra expôs que o servidor requer a concessão de vinte por cento da jornada de trabalho semanal dos servidores técnico-administrativos em educação para participação e ação de desenvolvimento em serviços sem necessidade de compensação, de que trata o artigo trinta e seis do Programa de Capacitação do Servidor do IFRS. A professora Sandra solicitou aos conselheiros sobre a necessidade de leitura do processo. Os conselheiros manifestaram que não era preciso fazer a leitura do processo. A professora passou a palavra aos conselheiros para manifestações. Aberto para discussão, ficando exposto algumas dúvidas em relação às datas dos documentos do processo, eu, Eduardo Antunes expliquei que o processo do Edson deveria ter passado pelo conselho anterior, porém foi dado o recebido no sistema, SIPAC, e por esquecimento o mesmo não foi colocado na pauta do conselho. Dessa forma está passando pelo conselho na data de hoje. Depois de esclarecer dúvidas em relação ao pedido de renovação, setor de atuação do servidor na época em que ele preencheu a documentação, que foi dentro do prazo só que houve a demora na tramitação do processo, de como é expedida a portaria que acompanha o processo e da possibilidade de compensação das horas pelo servidor Edson Bueno, o processo foi colocado em votação sendo aprovado pelos conselheiros, a partir da data desta reunião até

o prazo solicitado no processo. Já no processo da servidora Julia Blank, a professora Sandra expôs que a servidora requer quarenta por cento de dispensa do cumprimento da carga horária semanal da jornada de trabalho para participação em ação de desenvolvimento e serviço para qualificação, sem necessidade de compensação, conforme o artigo trinta e seis. Também, conforme foi decidido com relação ao processo anterior, os conselheiros manifestaram estar de acordo que não se faça leitura e se passe para as manifestações dos membros do conselho. Desta maneira foi aberto para discussão. Foi exposto que diante do parecer da CIS que aprova condicional a solicitação, devido a falta de uma autorização do orientador, um novo parecer da comissão e um documento que conste uma declaração da universidade se haveria compatibilidade em relação a questão das disciplinas e acrescentar um cronograma de escrita da tese, que está faltando. Depois de mais algumas colocações a respeito das disciplinas que a servidora estaria matriculada, cronograma e das horas que a servidora desempenha na bolsa, os conselheiros considerando o parecer da CIS com os apontamentos e o que a IN 02/2020 prevê, o processo não foi aprovado e foi deliberado conforme o art. 18, III, a) da IN 02/2020, que a servidora Júlia solicite a declaração da instituição de ensino onde conste a informação da atividade, cronograma previsto e comprovante para o caso de escrita de tese para posterior aprovação pelo conselho. No item 2, pauta incluída, continuando as colocações, a professora Sandra expôs sobre a questão da proposta de encaminhamento a respeito desse curso de extensão, o que vamos votar, ou pelo menos vamos discutir se autorizamos ou não a realização de um curso presencial. Então, este conselho vai votar se autoriza ou não, com base na Resolução 015/2021 do Consup, a realização desse projeto de forma presencial. Aproveito para fazer um breve relato da demanda. Inicialmente quem nos procurou foram as vereadoras Sra. Jaqueline Winch, presidente da Câmara de Vereadores, e a Sra. Gesmari Jandrey, vice-presidente, representando o poder legislativo no sentido de solicitar a oferta de cursos técnicos de soldadores e outros na área da mecânica. A proposta é estabelecer uma parceria entre a prefeitura e o Campus Ibirubá, para atender a demanda de mão-de-obra qualificada no setor metal-mecânico em função da expansão crescente do segmento Metal Mecânico. Também fomos procurados pelo Sr. Olindo Campos, que é do sindicato metalmeccânico, representando os prefeitos de Ibirubá e da XV de Novembro e os empresários, enfim, no intuito de também ofertarmos cursos para atendermos as demandas por qualificação. Dessa forma, conversamos com os docentes e técnicos da área, se algum docente, considerando a situação que estamos de pandemia e de trabalho remoto, que se disponibilizasse a ofertar o curso nesse momento. Considerando a Resolução quinze, todos os encaminhamentos para atividades de forma presencial, precisam passar pelo colegiado, pelo comitê local e pela aprovação deste conselho. Passamos pelo Comitê e o mesmo se posicionou favorável a oferta do curso de extensão. A professora Sandra passou a palavra para o coordenador de Desenvolvimento Institucional, professor Edimar Manica que fez as seguintes considerações: expos, como a Sandra já trouxe as informações e o Gian, só destacar que eu participei de duas das reuniões e parabenizar aí o pessoal da mecânica que se disponibilizou e fazer essa contribuição com a qualificação dessas pessoas que ainda serão selecionadas, mas que o objetivo é qualificá-las para que elas consigam através do emprego, melhorar as suas condições. Estamos vivendo uma pandemia, o Amilton Figueiredo, Pró-reitor de desenvolvimento institucional ressaltou que a gente vai ter um papel muito importante agora nesse pós-pandemia, em auxiliar a sociedade, porque muitas pessoas

perderam o seu emprego e esse projeto irá auxiliar na qualificação dessas pessoas para inserção no mercado de trabalho. Estou à disposição para ajudar em alguma dúvida, caso eu tenha como ajudar. O Conselheiro Maurício Lopes Lima explicou que precisamos observar os espaços, os laboratórios na prática, essa aprovação, inclusive, previamente pelo comitê de crise, está condicionado ao atendimento, a preocupação de segurança. E só que ali no documento não tem maiores detalhes, assim, de quantidade de pessoas, como é que na prática vocês pensam em desenvolver isso? Existe mesmo a possibilidade de manter a segurança das pessoas? A questão da distância, como é que, enfim, gostaria que tu explicasse um pouco como vocês pensaram na prática. Servidor Giancarlo expôs: é bem importante a tua pergunta, Maurício, até pra gente esclarecer, a princípio a gente vai seguir aquela cartilha que veio do MEC. Por se tratar de um curso de solda, como tem poucas máquinas, também a gente vai atender poucos alunos. Todas as máquinas de solda, elas ficam, o que a gente chama na indústria de baias, elas são bem fechadas, tem uma cortina, é o tapume. Sempre tapando uma máquina da outra até para promover aquele problema do clarão. Para se fazer o curso de solda ele tem que usar todo um sistema de EPI que a gente pretende cobrar das prefeituras. É um laboratório bem grande, é bem tranquilo para colocar vinte pessoas, dez metros quadrados por aluno, dá para distanciar bem as máquinas, dá pra fazer algo bem bacana e pode ser uma possibilidade. A gente vai ter uma noção do que pode acontecer aí, num retorno híbrido e quando todas estiverem vacinadas, se diminuir um pouco essa função do covid, de trazer, por exemplo, aí, a turma do integrado, subsequente, dos superiores, num sistema híbrido, então, pode ser um projeto, uma espécie de piloto. Eu conversei com os colegas da UPF, que estão trabalhando de forma presencial os componentes práticos. Fui lá conversar com eles e solicitei algumas dicas de procedimentos adotados por eles. Quem conhece o laboratório sabe que todas as máquinas estão longe uma da outra, justamente para não ocorrer um acidente. Então, a gente vê como muito tranquilo o distanciamento dentro do laboratório. A conselheira Raquel Alberti relatou que a ideia é obviamente excelente, o projeto particularmente se a partir dessa ideia de que vai se trabalhar só com os trabalhadores que estão excluídos do processo produtivo, enfim, mas a gente sabe, que há uma pressão muito grande das empresas que querem mão de obra qualificada, aliás, Ibirubá, inclusive o seu Olindo Campos, conversando com ele, ele falou que eles perderam muitos soldadores para a Stara e para outras empresas. Por quê? Porque o salário aqui é menor, você acha que as pessoas se disponham a ir de ônibus daqui todo dia, por exemplo, pra Não-Me-toque e pra fazer a mesma atividade que fariam aqui, obviamente que as condições são melhores. O que ocorre é que há uma pressão muito grande dessas empresas pela formação da mão de obra e assim também o Olindo Campos representa qual sindicato patronal ou dos trabalhadores? Bom mas, enfim, precisamos ter um cuidado muito grande de qual público realmente vai ser atendido, porque nós não estamos aqui para prestar serviço para essas empresas. Bom, esse é um aspecto, o outro aspecto vamos atender esse grupo externo, a princípio, e o nosso público? São tentativas de nós voltarmos presencialmente, a gente sabe que em um momento nós vamos ter que voltar, mas veja que isso é muito problemático frente aos nossos alunos, bom, nós estamos abrindo cursos externos, estamos permitindo, e os nossos alunos? Acho bastante delicado. Temos uma questão que é maior e toda essa luta que a gente fez ao longo dessa trajetória da pandemia, sabemos que a qualidade da educação tá caindo assustadoramente, não há dúvida disso, basta a gente ver, que a gente consegue produzir

nesse formato, nessa modalidade de ensino, mas que ainda se justifica diante da vida, então eu particularmente acho que não podemos pensar nesse curso diante do estágio, especialmente no estágio que nós estamos agora e também diante da situação que o próprio estado está. Na condição de conselheira, primeiro qual vai ser, quem que vai fazer a seleção dessas pessoas. Quem vai participar? Estamos aqui para atender uma pressão das empresas? Essa é a realidade que a gente vive aqui e outra, a vontade que às vezes dá é falar para essas empresas é o seguinte, ela melhora o salário de vocês? O meu voto é contrário, e fazer isso, seria uma insanidade. Nós estamos aí numa questão muito complexa da pandemia, hospitais lotados, enfim, então a gente fez toda uma trajetória e agora sofreu uma pressão que seja da Prefeitura, que seja do Prefeito, que seja do sindicato, que seja não sei o quê. Sugiro que os professores continuem planejando o curso e assim que as condições melhorarem retorne a esse conselho. Então, por hora a minha posição é de que a gente não está em condições de votar diante do contexto que nós estamos vivendo hoje, é uma pressão muito grande, nós temos que cuidar pra não fazer pressão sobre nós mesmos, então a minha posição é essa, que nós não podemos, seria muita imprudência nossa votar por um curso presencial. A professora Sandra relatou que conversou com outras pessoas e essa solicitação, se deu sim, pelas empresas, mas que existe uma demanda muito grande por mão de obra e que eles não estão conseguindo e que tem buscado fora daqui porque não tem encontrado nas cidades de Ibirubá e Quinze de Novembro. A demanda de hoje seria em torno de cento e cinquenta soldadores. Trouxemos para esse conselho, pois entendemos como certo e não foi no sentido de pressionar. Acreditamos que era uma forma de ajudarmos nesse momento, mas cada conselheiro aqui tem seu poder de decisão e de avaliar a situação e a questão. Edimar Manica relatou que neste momento, há essa demanda de soldadores e a gente sabe que eles vão montar a sua forma de capacitar esses profissionais que hoje não estão no mercado de trabalho e vão qualificá-los para contratá-los depois. Nós ofertando, eu acho que a gente está tendo um papel de auxílio nesse momento tão importante que essas pessoas, muitas estão desempregadas e eu acho que nós, e em momento algum está sendo forçado um professor a ofertar esse curso. Os professores Giancarlo Schleder, Luciano Cirino e Adão Skonieski se disponibilizaram a ofertar o curso. Mas, talvez, ou melhor, talvez não, eu acho que, com certeza, nós somos a instituição que mais irá seguir os protocolos, os cuidados nesta oferta para estes cidadãos, vamos dizer assim, que hoje não são nossos alunos ainda. Então, nós vamos ter um papel de protagonismo, enfrentamento às consequências da pandemia. Nós tivemos outros projetos de extensão, por exemplo, nós produzimos quase quinhentos ou mais de quinhentos protetores faciais via projeto de extensão. Então, nós já estávamos com projetos de extensão apoiando os cidadãos de Ibirubá e da região. Fizemos doações para quase todas as escolas de Ibirubá, Quinze de Novembro, Selbach, hospitais, inúmeras outras. Então, a gente não ficou com interações presenciais parado, nunca ficamos. Porque estávamos, estamos com as atividades remotas, mas também fizemos ações pontuais para auxiliar no enfrentamento da pandemia e eu vejo essas são como mais um projeto de extensão que vem nesse sentido, para auxiliar as pessoas, porque senão eles vão fazer em outro lugar. Mas, nós vamos estar perdendo esse protagonismo e perdendo de ofertar algo com qualidade e com segurança, porque talvez em um outro lugar não tenha a mesma segurança que nós teremos. Era isso, obrigado pelo espaço. O Conselheiro Maurício Lima, questioneei lá no início, qual era o teor do projeto? Assim, eu fico bastante preocupado com a segurança das

peessoas, dos colegas professores, dos estudantes que vão vir ao curso. Considero urgente, importante que a gente volte, quero voltar, não tem como ignorar, questão de pressões sociais, elas existem, não tem como a gente não olhar para isso. Fico muito angustiado assim, porque de imaginar que a gente vai retomar, virá alunos para a instituição e tem interação entre as pessoas. Assim, eu acho que a gente já avançou bastante em termos de ter conhecimento sobre a pandemia, agora as vacinas estão chegando, infelizmente num ritmo muito lento, mas nós servidores já recebemos a primeira dose, creio que, em breve, aí, já vai estar disponível a segunda dose, pra que nós, os servidores, pelo menos, professores, estejamos imunizados. Não basta para um retorno presencial, porque não adianta nós servidores, professores, estarmos seguros, se os nossos alunos não estão. Mas, de alguma forma, já é um certo alento. Agora eu concordo e considero pertinente as colocações da professora Raquel, estamos discutindo algo muito maior, muito complexo do que um curso com vinte alunos. Parece que ali no plano tem em torno de cento e cinquenta pessoas, que é a previsão deles. Claro que isso viria parcelado, o pano de fundo dessa discussão é o retorno dos nossos alunos, não tem como a gente não visualizar que enfrentaremos esse debate. Nós estamos aí encerrando cursos integrados, sem nada de prática, estudantes aí dos terceiros anos vão se formar sem nada de prática, eu acho que um questionamento que nós temos, não tem como ignorar. Mesmo assim, eu tendo a concordar, diferente do voto da Raquel, que esse curso não seja oferecido imediatamente. O fim da pandemia, isso poderá demorar, mas sem a vacinação, um avanço aí maior da vacinação, eu tendo a considerar e aceitar que a gente possa, de repente, começar algumas experiências. Porém o projeto não me diz nada, absolutamente nada, não tenho um projeto na verdade, deveria constar um documento para que esse conselho possa deliberar, quais serão esses protocolos, qual é o cronograma da vinda dos alunos, quantos alunos vão vir? Um pouco do que o professor Giancarlo explicou, mas assim, eu acho que isso precisa tá documentado, me parece que o conselho, a partir do que nós temos aqui em mãos para analisar, autorizamos a fazer e daí depois vocês planejem. O Conselheiro Maurício sugeriu que seja encaminhado um documento que diga exatamente o que vai acontecer e que possamos analisar. A professora Sandra mencionou que os protocolos estão definidos no plano de contingência e no protocolo de uso dos laboratórios. Então, o professor Giancarlo colocou que, no seu entendimento, o conselho apenas daria parecer favorável ou não à realização do curso. O Plano de Contingência saiu publicado em junho de dois mil e vinte e um e estabelece todos os protocolos de segurança necessários para um retorno presencial. A comissão ao escrever o projeto, precisará seguir o Plano de Contingência. O projeto vai passar pela CAGPPI e somente será aprovado se seguir esses protocolos, esse é meu entendimento. O conselheiro Maurício reforçou que o público a ser atendido seria um público desempregado, a margem do mercado de trabalho e tal, eu acho que é preciso tomar cuidado, se não somos nós que vamos fazer a seleção, mas que inclusive que isso fique registrado em ata. O Conselheiro Tiago, bom, eu reconheço primeiro a intenção da direção em viabilizar as demandas de forma geral e ainda mais essa demanda social que é muito importante para nossa realidade local, gostaria de dar parabéns para o Giancarlo, para o Luciano e para o Adão pela coragem de querer voltar nesse momento de pandemia para dar conta de ajudar nessa necessidade da comunidade. Parabéns pela disposição de vocês, apesar de ter sido citado, que a gente tem alguns projetos acontecendo de forma presencial, esse caso é tão específico e tão pertinente e tão preocupante, que ao

contrário dos outros projetos que estão sendo realizados de forma presencial, esse está passando por essa comissão. Então, já há uma visibilidade da direção de que este projeto não é igual aos projetos que estão acontecendo no campus, porque demanda o volume de pessoas maior, envolve um professor em sala de aula, o professor em laboratório com alunos, eu penso que seja necessário uma análise em cima de documentos e não em cima da expectativa. Hoje, o que foi passado para nós, infelizmente, foi expectativa, eu não estou analisando um projeto cadastrado no SIGProj, então, eu vejo muita expectativa e parabeno por essa tentativa de viabilizar, acho muito pertinente, mas eu acho que o conselho de campus, ele tem que se basear em cima de documentos. O projeto tem que ser urgentemente cadastrado no SIGProj, passar pela comissão. Acho que tem que passar por essas comissões, eu gostaria também que a comissão local de prevenção, monitoramento e controle do COVID 19, exponha de forma clara, critérios que foram levados em conta. A comissão elaborou um parecer favorável, mas eu quero ver a justificativa, porque que é favorável, quais serão os acordos de prevenção que vão ser tomados naquela turma? Porque é diferente para uma turma da mecânica, é diferente para uma turma da informática é diferente para uma turma da agropecuária então, essa aprovação, eu acho que ela tem que estar bem clara dizendo assim, nas condições da mecânica para uma turma de X com distanciamento Y, que já foi instaurado pelo Giancarlo, isso achou interessante, mas seja documentado. Então, vou votar a favor, a partir de algum curso que apresenta uma possibilidade de abertura após a imunização dos professores. Após a imunização dos técnicos, após a imunização do pessoal da segurança, do pessoal da limpeza. Então, o meu voto vai ser pautado pela vacina. Então, assim, eu preciso ter esse documento de forma bem clara, não vou dar o meu voto favorável a uma coisa que eu não tenha certeza, porque é o momento e o meu voto vai ser favorável ao retorno somente quando eu tiver certeza que é seguro voltar. Então, as minhas sugestões são essas, a gente tem que trabalhar em cima de documentos e aí votamos e esse voto vai ser definido e a assumimos a responsabilidade por isso, vai ser institucional e no momento que a decisão for tomada, todo mundo vai ter que defender. Toda instituição vai ter que defender que era pertinente naquele momento. Então, eu acho muito louvável o esforço da direção, a disposição e a coragem dos colegas, admiro muito, parabeno, mas eu acho que cabe trazer documentado. A Conselheira Fabiane Sestari expos, e o nosso aluno concluinte do ensino médio ele não pode vir pra terminar suas disciplinas práticas. Então precisamos ter muito cuidado com esse voto no sentido de ser coerente e fazer as coisas coerentes, a relevância do projeto não se discute, a importância desse projeto, o público-alvo que vai atender, bom, mas se considerarmos que esse público alvo é mais importante do que o ensino dos nossos alunos a gente também vai tá colocando um pouco do nosso trabalho no lixo, se a gente for pensar dessa forma de que a gente pode formular e dizer que um deles tem mais importância do que o outro, se um professor quiser ofertar uma disciplina prática seguir todos aqueles fluxos que foram regulamentados e chegar no Concamp pra votar e não vão ter o mesmo pensamento. Vou votar hoje, como se um professor colocasse lá um fluxo para que tal disciplina fosse ofertada na prática, mesmo com todo distanciamento, mesmo dividindo a turma em duas, hoje o meu posicionamento seria contrário porque estamos enquanto instituição defendendo que a gente não deva voltar ao presencial e a gente pode dar o nome que for e porque isso é colocar o aluno para dentro da sala de aula. Então, não basta só o projeto estar bem escrito, o projeto precisa ser executado quando desse retorno presencial do restante da instituição, aí

estamos sendo coerentes. Então, se eu votasse hoje favoravelmente a isso eu estaria sendo incoerente com a minha decisão que não é o momento oportuno de voltar a dar aula para os nossos alunos, seja no laboratório, seja na sala de aula. O professor Giancarlo Schleder expôs que concorda com todos, também teria um pouco de receio referente a fala da Fabiane, como seria fazer um retorno com um curso e de repente o nosso aluno não poder retornar, mas eu vejo como um projeto piloto, como que vai se comportar. Não sabemos, porque nunca ministramos aulas com pandemia, nós IFRS. Por isso que eu citei um exemplo antes da UPF, lá funcionam todos os laboratórios, todas as disciplinas práticas estão sendo ofertadas, a cada duas semanas o aluno tem, e se ele está com algum sintoma, aí ele não vai na aula ele recebe como se estivesse na aula, eles testam temperatura na entrada, lá na guarita da UPF. Então a gente só vai utilizar o laboratório, para a parte prática, certo? E eu vejo isso como uma grande possibilidade da gente perceber como isso vai acontecer, a gente não sabe, nós nunca tivemos algo assim, eu não estou aqui querendo dizer, olha mas aí a gente vai correr o risco desses alunos. Vejo que não, eu acho que a gente tem que tentar. O Conselheiro Tiago da Rocha falou que gostaria de dar uma sugestão para o Giancarlo, que colocasse no papel, diante de todos os protocolos, as expectativas citadas, da conversa que teve com o pessoal da UPF, no momento que colocar, vai ser uma segurança para nós enquanto conselho tomar a decisão, essas vivências devem ser documentadas para poder dar prosseguimento com a solicitação, para termos essa segurança para poder votar. O que parece que a tendência da maioria aqui, que os elementos trazidos para nós, não são suficientes para essa aprovação. O Conselheiro Tiago, solicitou que toda vez que vier uma proposta aprovada pela Comissão Local, que seja realizado um parecer justificado. A professora Sandra manifestou que como a maioria se posicionou contrária a solicitação por considerar que precisa da proposta, da documentação, será encaminhada para os colegas e solicitado que eles façam o projeto, cadastrem no Sigproj, e se eles assim entenderem e optarem por dar continuidade a proposta que a mesma seja encaminhada ao Comitê Local para parecer e posterior encaminhamento a esse Conselho. Terminadas as apreciações, às vinte uma horas e quarenta minutos, a professora Sandra agradeceu a todos e deu por encerrada a sessão. Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente ata, que após lida e aprovada será assinada por mim e pelos presentes. Ibirubá, RS, dezoito dias do mês de junho de dois mil e vinte um.

Eduardo Fernandes Antunes \_\_\_\_\_

Sandra Rejane Zorzo Peringer \_\_\_\_\_

Fabiane Beatriz Sestari \_\_\_\_\_

Raquel Lorensini Alberti \_\_\_\_\_

Tiago Rios da Rocha \_\_\_\_\_

Maurício Lopes Lima \_\_\_\_\_

Sandra Meinen da Cruz \_\_\_\_\_

Talita Luiza de Medeiros Ferro \_\_\_\_\_

Guilherme Maldaner Zanchin \_\_\_\_\_

Iago Ivanir Dalmolin \_\_\_\_\_